

**III CONGRESSO INTERNACIONAL  
DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,  
TECNOLOGIA E INTERNET**

**DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E  
INTERNET II (ON-LINE) I**

---

D598

Direito, políticas públicas, tecnologia e internet II – online I [Recurso eletrônico on-line]  
organização III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet:  
Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: Paloma Mendes Saldanha, Alisson Jose Maia Melo e Rafael Oliveira  
Lourenço da Silva – Franca: Faculdade de Direito de Franca, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-366-4

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Governança, regulação e o futuro da inteligência artificial.

1. Direito. 2. Políticas Públicas. 3. Tecnologia. 4. Internet. I. III Congresso Internacional  
de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2025 : Franca, SP).

CDU: 34

---

# **III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET**

## **DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET II (ON-LINE) I**

---

### **Apresentação**

Franca recebeu o III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A

programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

O GT 11 reúne pesquisas que analisam o papel das políticas públicas e da inovação tecnológica na governança digital. Os trabalhos exploram as implicações éticas da tecnologia na sociedade e o papel do Estado na formulação de normas inclusivas e transparentes. O grupo destaca a importância da regulação participativa e do desenvolvimento digital sustentável.

# **SCI-HUB PIRATARIA E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS: ANÁLISE ACERCA DA RESTRIÇÃO AO ACESSO À INFORMAÇÃO.**

## **SCI-HUB, PIRACY AND COPYRIGHT INFRINGEMENT: AN ANALYSIS OF THE RESTRICTION ON ACCESS TO INFORMATION.**

**Nayara Cristina Freitas Silva  
Bianca Helena Munhoz**

### **Resumo**

A pesquisa analisa a plataforma Sci-Hub, que fornece acesso gratuito a artigos e livros acadêmicos por meio de práticas consideradas pirataria, violando direitos autorais. Busca-se compreender os efeitos jurídicos da disponibilização não autorizada de conteúdos científicos e suas implicações para o acesso à informação. Com base no método dedutivo, investiga-se o conflito entre a proteção dos direitos de propriedade intelectual e a democratização do conhecimento, à luz da legislação nacional. O estudo destaca as tensões entre modelos tradicionais de publicação científica e novas formas de acesso, evidenciando a popularização de plataformas como o Sci-Hub.

**Palavras-chave:** Democratização ao conhecimento, Direitos autorais, Informação, Pirataria, Sci-hub

### **Abstract/Resumen/Résumé**

The research analyzes the Sci-Hub platform, which provides free access to academic articles and books through practices considered piracy, thus violating copyright. It aims to understand the legal effects of the unauthorized distribution of scientific content and its implications for access to information. Based on the deductive method, the study investigates the conflict between the protection of intellectual property rights and the democratization of knowledge, in light of national legislation. It highlights the tensions between traditional scientific publishing models and new forms of access, emphasizing the growing popularity of platforms like Sci-Hub.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Democratization of knowledge, Copyright, Information, Piracy, Sci-hub

## INTRODUÇÃO

No cenário científico, a produção e a disseminação do conhecimento científico são basilares e significativas em quesitos de avanços sociais em diversos ramos do conhecimento. Nesse contexto, a viabilização ao conhecimento científico é capaz de promover à modernidade não só a democratização do saber, mas também a maior capacitação de indivíduos e instituições que obtiverem tais acessos, fomentando o desenvolvimento diverso. No entanto, a realidade das publicações científicas geralmente baseadas em assinaturas ou pagamentos imediatos por parte de instituições de ensino e pesquisa impulsionam a busca por plataformas que disponibilizam esses materiais de forma gratuita.

A presença da utilização de sites de downloads ilegais e não pagos a fim de coletar artigos científicos é evidente. Nesse contexto, emerge a plataforma Sci-Hub, fundamentada em um movimento de acesso aberto, com mais de 48 milhões de artigos de pesquisa acadêmica disponíveis online de forma gratuita. Fundado em 2017 pela pesquisadora cazaquistanê Alexandra Elbakyan, como salvaguarda do website. O Artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948, p.4) afirma que todos têm direito de compartilhar o avanço científico e seus benefícios. Portanto, é contestável se existe a infração dos direitos autorais e a pirataria em larga escala presente no site.

As controvérsias em torno do Sci-Hub tocam em importantes tópicos na biblioteconomia, um conflito entre o direito fundamental à informação e o direito de propriedade intelectual dos autores e das editoras e até mesmo a frustração com os altos preços dos periódicos e apoio aos oprimidos. Apesar dos avanços ao acesso à literatura acadêmica, é apresentado múltiplas perspectivas e questões sobre o fornecimento das informações, tendo em vista que um dos principais grupos de usuários do Sci-Hub são pesquisadores sem fácil acesso a artigos acadêmicos de acordo com as proposições. Sendo assim, a atuação do site levanta questões cruciais sobre a efetividade dos atuais modelos de acesso.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a complexa relação entre o Sci-Hub, a prática da pirataria de artigos científicos e a violação dos direitos autorais, com um foco específico nas implicações para a restrição de acesso à informação. A problemática concentra-se nas barreiras de acesso impostas pelos modelos tradicionais de publicação científica, e de que maneira essa plataforma desafia o sistema estabelecido de proteção aos direitos autorais. Assim, temos como justificativa entender as motivações por trás do uso do Sci-Hub, as consequências para os diferentes atores envolvidos (pesquisadores, editoras, autores, instituições) e as possíveis alternativas para promover um acesso mais

equitativo e sustentável ao conhecimento científico no contexto contemporâneo. A análise abrangerá a discussão sobre a legitimidade moral e ética do Sci-Hub à luz do direito à informação e do progresso científico, bem como as implicações legais e econômicas da sua atuação no mercado editorial acadêmico. Em última instância, a pesquisa visa contribuir para um debate mais aprofundado sobre os desafios e as oportunidades para a democratização do acesso à informação científica na era digital, para isso será utilizado o método bibliográfico e dedutivo, visto que o estudo se baseia em artigos científicos, teses, relevantes obras doutrinárias no meio jurídico e legislações.

## **2 ACESSO AO CONHECIMENTO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

É indubitável que o conhecimento científico é essencial ao pensarmos em avanços sociais, científicos e tecnológicos. Consequentemente, a democratização do acesso à pesquisas e aos conhecimentos científicos é fundamental para o desenvolvimento de sociedades equitativas e desenvolvidas. Portanto, nem sempre o acesso a essa produção intelectual é facilitado, vemos frequentemente um cenário obstaculizado que limitam sua disseminação e aproveitamento. Prevê-se tais fatos diante da intrínseca relevância do acesso ao conhecimento frente a dominação por um modelo de negócios que impõem severas restrições à sua disponibilidade.

Deste modo, sabe-se que os periódicos pagos, sob controle de grandes editoras, exigem custos substanciais para o acesso e download de artigos científicos que, embora justificada pela proteção dos direitos autorais e pelo financiamento do processo editorial, a mesma fomenta a disparidade que impede a livre circulação da informação (COUTO; Ferreira, 2019). Equitativamente, o anti-democratismo engendra a desigualdade no acesso, manifestada particularmente entre nações e instituições. Enquanto universidades e centros de pesquisa em países desenvolvidos conseguem arcar com assinaturas de extensos portfólios de periódicos, instituições em nações em desenvolvimento ou com orçamentos limitados são preteridas, inabilitadas a fornecer aos seus pesquisadores e estudantes o material bibliográfico essencial para o avanço científico. Esta disparidade não apenas retarda o progresso científico em escala global, mas também perpetua ciclos de desigualdade, restringindo a capacidade de pesquisa e inovação em regiões menos privilegiadas (LIMA; Neto, 2018). O modelo de negócios dos periódicos pagos, controlados por grandes editoras, impõe custos elevados para acesso a artigos científicos. Embora vise proteger direitos autorais, essa prática cria um gargalo, impedindo a livre circulação da informação (COUTO; FERREIRA, 2019). Isso gera profunda desigualdade de acesso entre países e instituições, privando pesquisadores e estudantes de material essencial

e perpetuando disparidades (LIMA; NETO, 2018). Tal realidade conflita com o direito de participar do progresso científico, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Sendo assim, o movimento Open Access (Acesso Aberto) surgiu como alternativa legítima, propondo a disponibilização gratuita e irrestrita da literatura científica (COUTO; FERREIRA, 2019). Apesar de ser um avanço significativo e ético, sua adoção plena é lenta. Muitas publicações de alto impacto permanecem pagas, tornando o Open Access ainda insuficiente para atender à demanda global por acesso irrestrito ao conhecimento (ODDONE; SOUZA, 2024). Nesse contexto, surge o Sci-Hub, criado por Alexandra Elbakyan. A plataforma atua como um vasto repositório de artigos científicos, disponibilizando-os gratuitamente e contornando paywalls. O Sci-Hub é uma resposta direta à desigualdade de acesso, beneficiando pesquisadores sem suporte institucional (GRESHAKE, 2017; MONTI; UNZURRUNZAGA, 2020). Estudos como o de Himmelstein et al. (2018) mostram sua vasta cobertura. Sua popularidade, especialmente no Brasil (ODDONE; SOUZA, 2024), reflete uma necessidade urgente.

Contudo, o Sci-Hub opera na ilegalidade, violando direitos autorais (MORAIS; MACMILLAN; RIBEIRO, 2024), protegidos pela Lei nº 9.610/98 (BRASIL, 1998). A discussão transcende a legalidade, abordando o direito humano ao conhecimento e a responsabilidade das editoras. O Sci-Hub, portanto, é um sintoma da tensão entre o modelo de negócios editorial e a imperativa democratização do conhecimento (ROSSELLO; MARTINELLI, 2024; SILVA, 2023).

### **3 SCI-HUB: FUNCIONAMENTO, LEGITIMIDADE E CONTROVÉRSIAS**

O Sci-Hub, fundado por Alexandra Elbakyan em 2011, surgiu como uma resposta direta às barreiras impostas pelos paywalls da publicação científica (GRESHAKE, 2017). Sua operacionalidade consiste em contornar as restrições de acesso a periódicos acadêmicos, obtendo artigos por meio de credenciais universitárias ou de doações, e disponibilizando-os gratuitamente ao público. Essa metodologia permitiu ao Sci-Hub acumular uma vasta coleção de literatura acadêmica, com estudos como o de Himmelstein et al. (2018) demonstrando que a plataforma oferece acesso a quase a totalidade da produção científica global. O impacto da plataforma é notável, especialmente no Sul Global, onde pesquisadores e instituições frequentemente carecem de recursos para assinar os caros periódicos científicos. A análise do uso do Sci-Hub revela uma demanda massiva por acesso irrestrito ao conhecimento em regiões com menor poder aquisitivo (MONTI; UNZURRUNZAGA, 2020; ODDONE; SOUZA, 2024).

O Sci-Hub representa um paradoxo significativo. Por um lado, sua operação infringe abertamente as leis de direitos autorais, sendo classificado como pirataria intelectual por editoras e sistemas jurídicos (MORAIS; MACMILLAN; RIBEIRO, 2024; ROSSELLO; MARTINELLI, 2024). No Brasil, a Lei nº 9.610/98 protege o direito do autor sobre sua obra, o que colocaria a atuação do Sci-Hub em confronto direto com a legislação nacional (BRASIL, 1998; LIMA; NETO, 2018). Essa violação levanta questões sobre conduta acadêmica e ética na distribuição do conhecimento (ROSELLO; MARTINELLI, 2024; SILVA, 2023).

Por outro lado, defensores argumentam que o Sci-Hub cumpre um papel social relevante, atuando como um facilitador do acesso ao conhecimento em larga escala, especialmente onde os modelos tradicionais falham. Para muitos pesquisadores, a plataforma é a única via para acessar a literatura necessária para suas pesquisas (COUTO; FERREIRA, 2019). A existência e a popularidade do Sci-Hub evidenciam uma falha estrutural no sistema de publicação científica, que restringe o acesso ao conhecimento gerado muitas vezes com fundos públicos (ODDONE; SOUZA, 2024). Assim, o Sci-Hub se insere em uma complexa controvérsia que contrapõe o direito autoral à democratização da informação científica.

#### **4 DIREITOS AUTORAIS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A contemporaneidade digital enfrenta um importante desafio, saber conciliar dois direitos fundamentais; o direito dos autores à proteção de suas obras intelectuais e o direito coletivo ao acesso à informação, à cultura e ao conhecimento científico. O embate entre esses direitos torna-se ainda mais complexo diante das transformações provocadas pela digitalização da informação e pelos novos mecanismos de disseminação do saber, como é o caso do Sci-Hub.

A plataforma Sci-Hub, criada em 2011 por Alexandra Elbakyan, quebra com o modelo tradicional de distribuição científica ao disponibilizar gratuitamente milhões de artigos protegidos por direitos autorais, o que consequentemente embate com a proteção intelectual. Trata-se de um movimento radical de contestação às barreiras impostas pelas editoras científicas, que limitam o acesso ao conhecimento por meio de paywalls e custos de publicação, que por sinal são altíssimas. De acordo com Klein e Zafalon (2024), o Sci-Hub se contrapõe ao modelo tradicional de circulação científica e promove uma forma alternativa de disseminação do saber, baseada na quebra de barreiras econômicas e legais.

A partir dessa perspectiva, evidencia-se o dilema ético-jurídico envolvido, se por um lado a Lei nº 9.610/1998 assegura ao autor direitos morais e patrimoniais sobre sua obra, por outro, a Constituição Federal também garante o direito de acesso à informação e à cultura (CF/88, arts. 5º, XIV e 215).

O desafio que se impõe é o de equacionar o direito de autor com o direito social de acesso à informação e à cultura, de forma a que a esfera pública volte a ser um espaço destinado à livre formação da opinião pública (CARBONI, 2005).

Temos um paradoxo em que o conhecimento produzido com fins públicos se torna inacessível para grande parte da população, especialmente em países em desenvolvimento, como o por exemplo o Brasil.

O impacto econômico dessa disputa também é significativo, entre editoras e os custos de pesquisadores e instituições para manter assinaturas e publicar em revistas de alto fator de impacto. No entanto, como sustenta Carboni (2005),

[...] a tendência apontada pela Declaração de Princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é no sentido da prevalência do direito de acesso à informação e à cultura sobre o direito de autor, em determinadas circunstâncias, principalmente quando estiverem em jogo interesses sociais [...] (CARBONI, 2005).

Além disso, as limitações legais ao direito autoral, como o “fair use” nos Estados Unidos ou as exceções para usos educacionais e científicos previstas em tratados internacionais, revelam a urgência de repensar o equilíbrio entre proteção e acesso. No Brasil, embora o direito autoral seja rígido, há brechas interpretativas que podem ser exploradas à luz do princípio da função social da propriedade intelectual.

Na legislação americana, o fair use (uso honesto) é uma das poucas exceções na lei do direito autoral. Ela permite o uso de materiais de outrem, desde que feitos com propósito de promoção do progresso, ciência e arte, ou seja, transformar em um conteúdo novo para promover o acesso ao conhecimento (Klein e Zafalon, 2024).

Frente a esse cenário, a defesa de modelos sustentáveis de acesso à informação é urgente. Isso inclui políticas públicas de incentivo à ciência, repositórios institucionais, financiamento público para revistas de acesso aberto e revisão das legislações autorais.

O Sci-Hub, ainda visto como controvertido do ponto de vista jurídico, cumpre uma função social relevante ao democratizar o acesso ao saber. Mais do que criminalizar o uso da plataforma, é preciso encarar sua existência como um sintoma das deficiências estruturais do atual modelo de publicação científica. A busca por um equilíbrio entre proteção autoral e inclusão científica é um dos grandes desafios jurídicos e éticos da era digital.

## CONSIDERAÇÕES

A análise revela que o Sci-Hub emerge como um sintoma da persistente desigualdade no acesso ao conhecimento científico, impulsionada por modelos editoriais restritivos. Embora infrinja direitos autorais, conforme a Lei nº 9.610/98 (BRASIL, 1998) e a perspectiva de editoras (MORAIS; MACMILLAN; RIBEIRO, 2024), a plataforma cumpre um papel social relevante ao democratizar a informação globalmente (ODDONE; SOUZA, 2024). A

complexidade reside no paradoxo de um ato ilícito que supre uma demanda urgente, especialmente no Sul Global. Assim, o debate sobre o Sci-Hub transcende a legalidade, demandando uma revisão do sistema de publicação para garantir um acesso mais equitativo ao saber científico, alinhando propriedade intelectual com o direito fundamental à informação.

Após refletir sobre os conhecimentos obtidos por meio da revisão bibliográfica é possível compreender a insuficiência dos modelos tradicionais de publicação científica para garantir acesso justo e equitativo ao saber.

A pesquisa representa não apenas uma prática ilegal sob a perspectiva da legislação vigente, mas como o conhecimento ainda é reprimido. O Sci-Hub expõe falhas estruturais do sistema científico e a necessidade de repensar no equilíbrio legal e a inclusão informacional deve ser ainda debatida, dessa forma, não devemos nos limitar à criminalização da plataforma, mas abrir entendimento sobre soluções práticas na estrutura que promove o acesso aberto ao conhecimento na era digital que por sua vez o controle ainda é estudado.

## REFERÊNCIAS

CARBONI, Guilherme C. *Conflitos entre direito de autor e direito de acesso ao conhecimento, à cultura e à informação*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, XXVIII, 2005. Anais [...]. São Paulo: INTERCOM, 2005. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

COUTO, Walter; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. *Caminhos legais e ilegais para o Acesso Aberto: uma exploração de controvérsias*. Transinformação, v. 31, p. e190012, 2019.

GRESHAKE, Bastian. *Looking into Pandora's Box: The content of Sci-Hub and its usage*. F1000Research, v. 6, p. 541, 2017.

HIMMELSTEIN, Daniel S. et al. *Sci-Hub provides access to nearly all scholarly literature*. ELife, v. 7, p. e32822, 2018.

KLEIN, Luiza; ZAFALON, Zaira Regina. A contribuição do Sci-Hub no acesso à literatura científica e na disseminação do conhecimento acadêmico. In: SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IV Seminário Informação, Inovação e Sociedade, São Carlos, SP, 22 a 25 out. 2024. Anais [...]. São Carlos: UFSCar, 2024. Disponível em: <https://www.telescopium.ufscar.br/index.php/iv-siis/ivsiis/paper/viewFile/570/496>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LIMA, Manuela Ithamar; NETO, José Muniz. *O tratamento jurídico do direito do autor de obras científicas na sociedade de informação*: uma análise crítica da legislação brasileira e europeia. Revista de Estudos Jurídicos e Sociais - REJUS, v. 1, n. 1, 2<sup>a</sup> ed., 2018. Disponível em: <https://periodicos.univel.br/ojs/index.php/rejus/article/view/40>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MENEZES, Elisângela Dias. *Os desafios da era digital*. In: MENEZES, Elisângela Dias. Curso de direito autoral: do clássico ao digital. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021. Cap. 11.

MONTI, Carolina; UNZURRUNZAGA, Carolina. *Acceso a la literatura científica desde Sci-Hub*: análisis y reflexión de las descargas en Argentina. Revista Hipertextos, La Plata, v. 8, n. 14, p. 111–136, 2020. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/hipertextos/article/view/11138>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MORAIS, Igor; MACMILLAN, Marcos; RIBEIRO, Maicon Vinícius. *IMPACTOS DA PIRATARIA NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA*. Revista Científica Doctum Multidisciplinar, v. 4, n. 11, 2024.

ODDONE, Nanci; SOUZA, Letícia Vitória R. Lima de. *Acesso ao conhecimento no contexto da ciência aberta: explorando a popularidade do Sci-Hub no Brasil*. RDPCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/8673883>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/portuguese/humanrights/overview/artigos.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ROSSELLO, Giulia; MARTINELLI, Arianna. *Breach of academic values and misconduct: the case of Sci-Hub*. Scientometrics, Dordrecht, v. 129, p. 5227–5263, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-024-05046-8>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA, Natália Rodrigues. *Plataformas digitais colaborativas e o compartilhamento de materiais protegidos por direitos autorais*: tensões entre materiais públicos e proprietários. 2023. 216 f. Tese – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/59092>. Acesso em: 13 abr. 2025.